

**Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Terras de Bouro
realizada em 15 de dezembro de 2016**

----- Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezasseis, no edifício dos Paços do Concelho e na sala de reuniões da Câmara Municipal, compareceram os seguintes elementos que constituem o Executivo Municipal: o Presidente da Câmara Municipal, Dr. Joaquim José Cracel Viana, e os Vereadores Dr. Luís António de Sousa Teixeira, Dra. Liliana Clementina Machado de Sousa, Dr. António José Ferreira Afonso e Dr. António Manuel da Cunha Martins. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião pelas dez horas e quinze minutos. No início da reunião, procedeu-se à leitura da ata da reunião anterior que, colocada à votação, foi aprovada por unanimidade. -----

----- No período de “Antes da Ordem do Dia”, o Sr. Presidente da Câmara Municipal começou por fazer o ponto da situação referente à pavimentação de vias municipais informando que essa reabilitação já está em curso, tendo sido já concluída em algumas vias, como é o caso da estrada municipal para Carvalheira, onde a pavimentação já foi concretizada e com ótimos resultados. -----

----- Em seguida, o Sr. Presidente deu conhecimento da decisão de encerramento da agência do “Novo Banco” situada no Gerês. A Direção do Banco argumenta a falta de movimentos bancários como motivo para o encerramento da agência, referiu o Sr. Presidente, e hoje ao final da manhã irá reunir com membros da Direção desse Banco para saber se, de facto, irá avançar o encerramento da agência no Gerês. As instalações onde a agência opera são propriedade do Município, cedidas através de contrato de arrendamento e, por isso, caso o encerramento se concretize, o Município irá tentar encontrar outras instituições bancárias interessadas no aluguer daquele espaço, declarou o Sr. Presidente. -----

----- Em seguida, o Sr. Presidente referiu que consta da Ordem do Dia desta reunião uma proposta para tomada de posição do Executivo Municipal sobre a Portaria n.º 357/2015, de 14 de outubro, que estabelece a aplicação de taxas às serventias de passagens e acesso às propriedades agrícolas e a quaisquer estabelecimentos com acesso a partir de estradas nacionais e regionais. Este assunto, explicou o Sr. Presidente, está a provocar uma forte reação da ANMP e de muitos municípios, de modo a solicitar ao

Governo a revogação de tal portaria, pois será muito prejudicial para todos os proprietários de imóveis com acessos a partir das estradas nacionais e regionais. -----

----- Posteriormente o Sr. Presidente informou que está a decorrer, desde ontem, a feira “Fórum – Transformando Ourense”, em Bande, Espanha, onde o Município de Terras de Bouro se encontra representado, com stand próprio, a convite do Concelho de Bande, para dar a conhecer os projetos transfronteiriços como a “Raia Termal” e a experiência do Município em projetos INTERREG / POCTEP. -----

----- O Sr. Presidente informou também que ontem, dia 14 de dezembro, teve lugar a inauguração oficial do Parque de Lazer da sede do concelho, situado junto ao Centro de Saúde de Terras de Bouro, que veio transformar por completo uma área degradada, agora com muitas funcionalidades, como a prática de exercício físico e da mobilidade naquela área, melhorando significativamente o embelezamento da sede do concelho. Trata-se de uma obra com um investimento total a rondar os cinquenta e oito mil euros, informou o Sr. Presidente. -----

----- Prosseguindo, o Sr. Presidente deu conhecimento da receção nos serviços do Município da Resolução do Conselho de Ministros nº83/2016, de 15 de dezembro, que aprova o “Plano-Piloto de prevenção de incêndios florestais e de valorização e recuperação de habitats naturais no Parque Nacional da Peneda-Gerês”. Este Plano-Piloto prevê a instalação de duas equipas do Corpo Nacional de Agentes Florestais (CNAF) no concelho e um investimento de quatrocentos e trinta mil euros em parques de estacionamento e requalificação de vias de acesso nas imediações da Mata de Albergaria, isto é, na área do Município de Terras de Bouro, sendo o Município o responsável por tal investimento, que será co-financiado por fundos ambientais e estruturais. Por isso, o Sr. Presidente manifestou o seu agrado com esta resolução do Conselho de Ministro que vem ao encontro de algumas reivindicações do executivo municipal. -----

----- Por último, o Sr. Presidente informou que amanhã decorrerá, na CCDRN, no Porto, uma reunião com os Municípios que integram o PNPG e a Dra. Célia Ramos, Secretária de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, sobre a Resolução do Conselho de Ministros em causa e sobre o Plano de Valorização do PNPG.-----

----- Terminada a sua intervenção, o Sr. Presidente deu a palavra aos senhores vereadores. -----

----- Usou então da palavra a Sra. Vereadora Dra. Liliana Machado, informando que neste mês se iniciaram no concelho três cursos EFA, promovidos pelo IEFP. No dia 6 de dezembro, teve início o curso de “Operador de Jardinagem”, que terá uma duração de seis meses e que se destina a pessoas que possuam o 4.º ano de escolaridade, dando-lhes equivalência ao 6.º ano. No mesmo dia iniciou também o curso “Técnico de Turismo Ambiental e Rural”, que terá uma duração de um ano e meio e que se destina a pessoas que possuam o 9.º ano de escolaridade, dando-lhes equivalência ao 12.º ano. Por fim, o curso “Técnico Auxiliar de Saúde” teve início no dia 15 de dezembro, com uma duração de um ano, destinado a pessoas que possuam o 12.º ano de escolaridade (nível 3 ou 4), conferindo-lhes o nível 4. Todos os formandos irão beneficiar de uma bolsa mensal de cerca de 145,00 €, acrescida de subsídio de refeição, subsídio de transporte e, quando aplicável, subsídio de acolhimento a crianças e idosos dependentes. A Sra. Vereadora manifestou a sua satisfação com o arranque destes cursos, visto serem muito importantes para a formação das pessoas desempregadas, e resultam das várias solicitações feitas pelo Município junto do IEFP. -----

----- Registou-se de seguida, a intervenção do Sr. Vereador Dr. António Cunha, questionando por que razão ainda não está em prática o protocolo estabelecido entre o Município e a Comissão Fabriqueira de Covide para alojamento do Sr. Fernando na antiga creche de Covide. -----

----- Respondeu de imediato a Sra. Vereadora Dra. Liliana Machado, esclarecendo que o referido protocolo foi presente à reunião da Comissão Fabriqueira de Covide e não foi aprovado, pois, tanto quanto sabe, foi tida em consideração a opinião da população em relação à conduta do Sr. Fernando. A Sra. Vereadora informou que, entretanto, o Sr. Fernando foi integrado no curso de Jardinagem e estão a tentar encontrar uma solução de realojamento. -----

----- Retomou o uso da palavra o Dr. António Cunha, comentando que no período de época natalícia do ano passado se verificou o encerramento durante vários dias do Núcleo Museológico do Campo do Gerês. Deste modo, o Sr. Vereador alertou para que esta situação não se volte a repetir neste ano, uma vez que se trata de uma época de considerável afluência turística no concelho, devendo, por isso, manter-se a abertura dos museus nesta época do ano. -----

----- O Sr. Presidente informou que, na época de natal e passagem de ano, os museus estarão encerrados apenas nos dias 24 e 25 de dezembro e no dia 1 de janeiro, de acordo

com o que ficou decidido em reunião com a responsável pelos museus, Dra. Selénia Filipa Roupar. -----

----- De seguida, o Dr. António Cunha quis manifestar o seu desagrado com uma decisão do ICNF que se prende com o indeferimento de um pedido efetuado por um grupo de cidadãos para a recuperação de uma casa, situada na estrada de S. Miguel, na Mata de Albergaria, para abrigo de montanhistas e naturalistas durante o período de inverno, ou seja, de outubro a maio. A recuperação do edifício, acrescentou, seria suportada na totalidade por esse grupo de cidadãos, sem acarretar qualquer custo para o ICNF. Tal recuperação iria ainda proporcionar uma outra imagem ao local, mas tal não foi entendido pelo ICNF. O Sr. Vereador considera lamentável o comportamento deste Instituto e por isso defende que os Municípios devem procurar sensibilizar essa entidade no sentido de proceder com outra abertura aos pedidos das pessoas que pretendem apenas preservar o património arquitetónico dentro do PNPG e que prezam o Parque Nacional tanto ou mais do que os técnicos e responsáveis do ICNF. -----

----- De seguida interveio o Sr. Vereador Dr. António Afonso, manifestando a sua preocupação com a Portaria n.º 357/2015, de 14 de outubro, e a sua satisfação com a decisão do Conselho de Ministros que aprova o Plano-Piloto para o PNPG e os investimentos na área da Mata de Albergaria. O Sr. Vereador espera que tais resoluções venham a concretizar-se e que não desvirtuem ou limitem os investimentos previstos no Plano de Valorização do PNPG, elaborado pelos cinco municípios com área no Parque Nacional. -----

----- Prosseguindo, o mesmo Vereador agradeceu o convite para a inauguração do Parque de Lazer da sede do concelho, mas não lhe foi possível estar presente devido a compromissos já assumidos. Sobre este assunto, o Sr. Vereador questionou quem foi o proponente da obra e qual o seu custo. -----

----- Esclareceu de imediato o Sr. Presidente que esta obra teve início com um projeto denominado “Liga-te à Saúde”, candidatado pela Unidade de Cuidados na Comunidade de Terras de Bouro à “Missão Sorriso”. Tal candidatura foi aprovada e obteve como prémio seis aparelhos de manutenção física. A partir daí, o senhor presidente da junta de freguesia de Moimenta, que é funcionário do Centro de Saúde, ao ter conhecimento deste prémio, abordou o senhor Presidente da Câmara e ficou decidido colocar esses seis aparelhos num local degradado, situado no exterior ao Centro de Saúde. Foi solicitada à ARS-Norte a utilização do espaço, tendo anuído, e ao Sr. Arq. Manuel Martins, funcionário do Município, o projeto para a construção de um parque de lazer

que enquadrasse a colocação dos seis aparelhos de manutenção física. Assim aconteceu e, após alguns meses de trabalho realizado pela empresa local Ponte Levadiça, com sede em Covide, sempre com a supervisão do Sr. Arq. Manuel Martins e o acompanhamento dos presidentes da junta e da câmara, foi possível construir um parque de lazer útil e que embeleza a sede do concelho. O investimento desta obra ronda os cinquenta e oito mil euros, informou o Sr. Presidente. -----

----- Finalizando a sua intervenção, o Dr. António Afonso referiu que na sessão da Assembleia Municipal de 30 de setembro, o Sr. Presidente abordou a questão da Inspeção da IGAMAOT de forma bastante detalhada, dando conta das medidas efetuadas, das notificações que entretanto decorreram e das pessoas que foram notificadas e que entretanto já responderam e também do descontentamento manifestado por algumas pessoas notificadas, elegendo o Presidente da Câmara como o responsável por essas notificações, uma vez que as mesmas foram emitidas pelos serviços da DPU e assinadas pelo Presidente da Câmara. Face a esta alongada exposição na Assembleia Municipal, o Sr. Vereador estranhou que toda a informação prestada pelo Sr. Presidente não constasse da ata dessa sessão. Neste sentido, o Sr. Vereador questionou se a ausência dessa informação na ata foi ordenada pelo Sr. Presidente ou se é da responsabilidade da mesa da Assembleia Municipal. -----

----- Sobre esta situação, o Sr. Presidente declarou que a ata da sessão da Assembleia Municipal em causa foi aprovada por unanimidade, não tendo surgido por parte dos membros desse órgão autárquico qualquer reparo sobre a ausência na ata dos detalhes comunicados pelo presidente da câmara sobre a inspeção da IGAMAOT. Contudo, o Sr. Presidente referiu que não vê qualquer impedimento ou problema que venha a constar nessa ata tal assunto de forma pormenorizada, se os membros da Assembleia Municipal assim o desejarem. Não lhe compete tal alteração à ata, mas sim à própria Assembleia Municipal, concluiu. -----

----- Sendo 12:20 horas e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da lei. -----